

JOSÉ GOLDEMBERG p. A2

## Os rumos da educação

Uma das características da campanha eleitoral do atual presidente da República foi a ênfase nas atividades-fins do governo, principalmente educação e saúde, sobretudo no que concerne aos setores mais pobres da população.

Com a escolha de um ministro da Educação que é um profissional da área, é lícito esperar que se tente pôr em prática as promessas do presidente nessa área.

Entretanto, uma análise, mesmo superficial, do problema mostra que o governo federal não tem os instrumentos necessários para a melhoria da educação nos níveis primário e secundário, que são os que mais urgentemente precisam de ajuda, e será necessário um esforço de mobilização da sociedade nos níveis municipal e estadual para fazê-lo.

Com efeito, cerca de 75% do orçamento do Ministério da Educação é dedicado ao ensino superior, restando cerca de US\$ 1 bilhão para o ensino básico.

Esses são, realmente, os únicos recursos disponíveis ao ministro da Educação para promover as reformas e a melhoria do ensino básico, uma vez que o restante está comprometido — quase todo — com a folha de pagamento das universidades.

Desse US\$ 1 bilhão é que tradicionalmente se alimentou a fisiologia que dominou o Ministério da Educação durante décadas.

Os recursos não são muito elevados (10% do que se gasta com toda a educação básica no País) quando se considera que boa parte deles está comprometida com merenda escolar, livros escolares, construção e reforma de prédios escolares. Ainda assim, o seu uso criterioso pode estimular iniciativas locais, "premiar" os bons, "punir" os maus, catalizando as iniciativas mais promissoras, como ocorre com os empréstimos dos bancos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A grande maioria dos recursos necessários ao ensino básico — que são os salários — se origina nos municípios e nos Estados,



**O progresso econômico depende de mão-de-obra mais qualificada**

que são constitucionalmente obrigados a dispender 25% dos seus recursos orçamentários (incluindo transferências da União) em ensino.

Se tomarmos o Estado de São Paulo como exemplo de um Estado que cumpre a Constituição, verificamos que o salário médio de cada funcionário na área de educação é de R\$ 325. Como existem 350 mil desses funcionários, o Estado gasta com eles cerca de R\$ 105 milhões por mês, o que corresponde a 35% das despesas totais do Estado com pessoal.

É difícil aumentar essa participação no orçamento do Estado sem prejudicar seriamente outras atividades também necessárias, como saúde e segurança, sendo esta a razão por que é difícil melhorar a educação primária e secundária.

Os professores não ganham bem, não só em termos absolutos, como também ganham menos do que outras profissões que exigem menos treinamento, como secretárias, bancários, policiais militares, técnicos de computação, etc., e, portanto, seu status social é mais baixo.

Nos Estados Unidos, um professor primário ganha aproximadamente metade do que ganha um engenheiro ou advogado, o que explica a posição social relativamente elevada do professor naquele país.

Não sendo a profissão de professor bem remunerada no Brasil, ela não atrai os melhores talentos, criando um círculo vicioso que impede o ensino de melhorar.

Não é fácil identificar quais são as ações que o Ministério da Educação pode originar para alterar esta situação, e o próprio ministro Paulo Renato Souza o reconheceu numa de suas primeiras entrevistas antes mesmo de assumir o cargo: "No primeiro grau, podemos definir padrões nacionais de qualidade, currículos mínimos para todo o País e fazer avaliações nacionais dos estudantes, das escolas e dos sistemas estaduais."

O que o ministro disse, cai na categoria de regulamentação e exortação, mas cabe aos secretários estaduais de Educação, prefeitos e governadores responderem ao desafio efetivo de estabelecer compensações salariais por melhor desempenho, que, certamente, teriam um efeito positivo na melhoria do ensino.

Uma idéia que talvez faça sentido e que o ministro lembrou seria a de introduzir um "exame de Estado" para os que concluem o curso secundário, o que lhes daria alguma vantagem para o ingresso nas universidades públicas. Em alguns países, como a França, a aprovação no exame de Estado garante uma vaga na universidade, o que é um poderoso incentivo para os que concluem o curso secundário. Não é fácil adotar esse procedimento no Brasil, porque as vagas nas universidades públicas correspondem apenas a 20% do total — o restante se encontra nas univer-

sidades particulares. Além disso, a grande maioria dos estudantes nem chega ao curso secundário, e as ações urgentes são necessárias é no ensino fundamental.

Outra idéia é a proposta de melhoria do treinamento dos professores feita pelo ministro da Educação, usando televisão e tecnologias modernas. A passagem da TV Educativa para a Secretaria de Comunicações da Presidência da República pode ser útil, caso redunde na obtenção de horários melhores do que os atuais para programas educativos, o que o Ministério das Comunicações poderia promover.

Na área de reciclagem de professores, o Ministério da Educação teria que engajar as universidades, e ele tem os instrumentos para fazê-lo por meio das universidades federais. O que tem ocorrido na prática, contudo, é que a reciclagem dos professores quase sempre tem caráter transitório e esporádico, e o que seria necessário é de fato "ligá-los" permanentemente aos instrutores dos centros de treinamento. A TV Educativa pode, de fato, ser um instrumento útil para tal fim, se não se restringir aos programas em si, mas acompanhá-los de material de treinamento, como faz a "Universidade Aberta" na Inglaterra.

Não há a menor dúvida que a educação básica no Brasil só vai melhorar quando as pessoas (e a sociedade em geral) se derem conta que ela é um instrumento importante para a melhoria da sua vida, pela ascensão social. A classe média já se deu conta disso e cobra resultados da escola, quer ela seja pública ou privada. Em alguns Estados do Sul do País, onde a população tem alta porcentagem de imigrantes, isto já ocorre em todos os níveis.

Até hoje, contudo, nas escolas públicas no resto do País — que são as escolas que os pobres frequentam — não há praticamente cobrança alguma e isso precisa mudar, porque a continuidade do progresso econômico vai depender de uma mão-de-obra mais qualificada.

Não só o ministro da Educação, mas também o presidente da República — que é também um professor — poderiam tentar acordar a sociedade para esta nova realidade.

